

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2018

CENÁRIO ECONÔMICO GLOBAL: A economia global em 2018 manteve o ritmo de recuperação lenta e gradual da atividade econômica, com controle das taxas de inflação e geração de vagas de empregos. Esta melhoria resultou em mudanças de política monetária por todas as economias. Abaixo, elencamos alguns dos fatores que influenciaram o processo de redução de liquidez mundial:

a) dificuldade nas negociações entre ESTADOS UNIDOS e CHINA acerca das barreiras tarifárias, havendo, no entanto, acenos para conclusão satisfatória para ambos.

b) redução das compras de títulos na Zona do Euro;

c) mantida a taxa de juros no Reino Unido em 0,5%, ocorrida em 02.11.2017 após dez anos. Destaca-se que a atividade econômica americana manteve sua trajetória de recuperação ao longo de 2018, com a economia operando próxima ao pleno emprego e a inflação sob controle, o que permitiu a valorização do dólar (quando comparado a uma cesta de moedas).

No cenário doméstico, o ritmo gradual de recuperação da atividade, a safra agrícola recorde e a grande ociosidade da capacidade produtiva acumulada nos últimos anos, possibilitou que os indicadores de inflação registrassem comportamento satisfatório no ano, dissipando toda pressão inflacionária passada e encerrando o período abaixo da meta de 4,0%. Desse modo, o BANCO CENTRAL DO BRASIL pôde dar continuidade ao processo de flexibilização de juros iniciado em 2016 e promover ao longo do ano uma redução nos juros, fixando a taxa Selic em 6,5% a.a., a taxa mais baixa desde o início da série histórica. Destaca-se que, no que diz respeito à atividade, o crescimento do país, mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre de 2018, registrou expansão de 0,8% em relação aos três meses anteriores com evolução positiva do setor industrial, de comércio e serviços, e consumo das famílias. No caso dos investimentos, a recuperação permaneceu limitada.

Acontecimentos críticos tais como: a instabilidade política em decorrência das prisões, as dificuldades de aprovação do corte de orçamento, os solavancos quanto à aprovação da PEC reforma da Previdência Social, o desemprego fechou o ano com aproximadamente 13,2 milhões de desempregados, inflação controlada e em queda para o centro da meta, instabilidade e volatilidade da Bolsa, juros bancários em alta, e de outras medidas públicas em prol do crescimento do país, o que vem provocando muito para a instabilidade econômica e financeira do Brasil.

Mesmo com essas instabilidades, e com o acompanhamento muito próximo junto aos nossos Gestores de Investimentos e Consultoria Financeira, obtivemos retorno financeiro muito positivo para nossos Ativos em 2018, isto é, 9,63% no ano, que frente ao CDI de 6,42%,

representou 150,00% desse indicador. Em relação à inflação de 3,75% em 2018, representou o IPCA + 5,88% e, em relação à nossa meta atuarial de 8,25% (IPCA + 4,5%) no ano, o ganho real foi de 1,38%.

Para maior segurança das informações, por sistema informatizado, a estratégia da Governança da MUTUOPREV preocupou-se com a infraestrutura operacional e, para manter a qualidade, fez parceria com empresa para a SUPERVISÃO BASEADA EM RISCO visando agilidade e segurança no conteúdo das informações e de controles internos.

A especialização dos membros da Governança atingirá, em 2019, 100% dos Conselheiros, Diretores e colaboradores por meio de certificações por conhecimento ou experiência e homologados, junto ao Órgão Fiscalizador, como também a participação em Congressos, cursos de especialização e Comitês de Trabalho Técnico com outras entidades de previdência complementar.

Perseguindo sempre nossa missão, qual seja, a de garantir o pagamento do benefício contratado e manter nossa equipe comprometida com os participantes, realizando a gestão dos recursos garantidores na busca de taxas mais atrativas de retorno no mercado e com menor risco e maior liquidez e segurança.

Perseguimos o forte propósito de apoiá-los na construção de seu futuro e segurança de seus familiares.

DIRETORIA DA MUTUOPREV

MUTUOPREV 2017 – RELATÓRIO ANUAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I

A MUTUOPREV – Entidade de Previdência Complementar - CNPJ nº 12.905.021/0001-35 - administra o Plano de Benefícios I - CNPB 2010.0043-29 aprovado pela portaria nº 762 de 27 de setembro de 2010.

O artigo 24 da Lei Complementar 109/01 e as Instruções PREVIC de nºs 11 de 10.09.2014 e 13 de 12.11.2014 dispõem sobre as obrigações das Entidades de Previdência Complementar divulgar aos participantes informações, por meio do relatório de atividades anual de forma transparente, de como transcorreu a gestão do Plano no ano.

1 - INDICADORES PREVIDENCIAIS – 2018

Os indicadores servem de parâmetros para avaliar e observar a volatilidade do mercado.

ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

- Quantidade de participantes ativos, dependentes e assistidos: 7.466.941
- Investimentos (R\$ mil) : 820.741.979
- Evolução dos Ativos(vl estimado) x Porcentual do PIB : 13,4 %

TIPOS DE PATROCÍNIO POR EFPC

- Instituidor : 18
- Privado : 166
- Público : 83
- Total : **267**

No ranking dos quinze maiores Planos de Previdência Complementar INSTITUIDOS, a MUTUOPREV (Plano de Benefícios II), ocupa o 15º lugar, com Investimentos(R\$ mil) de 98.713. (Revista ABRAPP 419).

ECONÔMICOS

- Índice de inflação medido pelo IPCA fechou o ano em 3,75% abaixo do centro da meta do governo de 4,0% a.a.
- A taxa SELIC iniciou o ano com 7,0 % e fechou em 6,5% a.a.
- O PIB fechou o ano em 1,1%
- O dólar iniciou o ano a R\$ 3,31 e fechou a R\$ 3,874.
- A taxa de desemprego em 2017 foi de 13,2 milhões e em 2018 permaneceu praticamente estável.

2 – DEPOIMENTOS - (Em %)

COMPARATIVO DE RENTABILIDADE ENTRE OS FUNDOS: MUTUOPREV E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA FECHADAS

CATEGORIAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	ACUMULADO	MÉDIA ANUALIZADA
MUTUOPREV	5,34	10,56	13,94	13,53	9,89	6,62	59,88	9,98
ENTIDADES FECHADAS (*)	3,28	7,07	5,22	14,56	11,36	4,86	46,35	7,73
CDI	8,06	10,82	13,26	14,01	9,93	6,42	62,50	10,42
IPCA	5,91	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	35,98	6,00

3– AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DO PLANO

O objetivo da Governança é divulgar com transparência as informações do Plano de Benefícios I aos participantes demonstrando a evolução do patrimônio.

A divulgação sobre o Plano de Benefícios é realizada por meio eletrônico e palestras aos próprios participantes e convidados nas sedes das Afabans e em encontros dos aposentados realizados na Colônia do Guarujá; recorreremos aos participantes do Plano de Benefícios II para divulgar e oferecer o Plano de Benefícios I aos filhos, netos e parentes até o quarto grau consanguíneo.

Com a reestruturação do sistema, aplicativos, simuladores e adoção de uma equipe comercial ofereceremos melhor qualidade de informações e atendimento aos nossos participantes.

4 – PARTICIPANTES ATIVOS

O Plano de Benefícios I em dezembro de 2018, contava com 273 participantes que, comparado ao ano de 2017 (258), houve acréscimo do quadro de participantes em 6%.

O Plano de Benefícios I não possui participante assistido.

5 - CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES

O patrimônio do Plano teve significativo aumento em decorrência das contribuições básicas e de contribuições eventuais.

6 - DESPESAS

O PGA – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA é controlado e registrado pela Consultoria Contábil, cujo saldo patrimonial em 2018 monta em R\$ 13.000,00.

7 - PATRIMÔNIO

O Patrimônio Social do Plano de Benefícios I, Reservas Matemáticas, em 2018, fechou com um saldo de R\$ 3.406 mil. Se comparado com 2017, cujas reservas era de R\$ 2.652 mil, o crescimento foi de 28,4%.

8 – RENTABILIDADE

A MUTUOPREV, em 2018, obteve uma rentabilidade líquida de 6,62%, que descontada a inflação, IPCA do período de 3,75%, teve um ganho real de 2,87%. Se comparado ao CDI que fechou em 6,42%, no ano, a rentabilidade ficou acima em 0,20%.

9 - RELAÇÃO DA CARTEIRA DE FUNDOS

As Entidades de Previdência Complementares Instituídas, que é a característica da MUTUOPREV, são obrigadas pela legislação a terceirizar a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas e provisões mediante a contratação de Gestores especializados, autorizados a funcionar pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL ou outro órgão competente, para gerir seu patrimônio financeiro. A MUTUOPREV tem em seu rol de gestores: Banco Santander, Banco Itaú e Sul América Investimentos.

No Banco Santander e na Sul América, fundos exclusivos (específicos da MUTUOPREV). No Banco Itaú, fundos abertos ao mercado. Em 31.12.2018, aplicado 28,1% do Patrimônio em NTN-Bs, cujo montante é de R\$ 27.960 mil, e NTN-Fs no montante de R\$ 755 mil, perfazendo o total de R\$ 28.715 mil.

O quadro abaixo demonstra os fundos em que estão aplicados os recursos financeiros dos Planos de Benefícios I e II da MUTUOPREV, bem como a rentabilidade e as taxas de administração em 2018 de cada fundo.

10 - QUADRO DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

		30/12/2018
FIQ/FIM	Nome	Total
SAPUCAIA CRED PRIV FI MULT	TOTAL SAPUCAIA	52.430.366,67
	AZ QUEST LUCE FICFIRF	7.591.093,22
	BBM VALUATION II FIC	699.843,73
	BNP MATCH DIFI RF CP	6.538.020,67
	ITAU INS ALOC DINAMI	3.776.954,09
	ITA GRAD PL RF CP FI	6.062.481,93
	MOAT CAPITAL FIA	1.250.891,06
	GARDE D'ARTAGNAN BNY	954.566,03
	OCCAM INST FICFIM II	5.789.377,02
	SPX NIMITZ ESTRUT FICFI MULT	2.817.715,68
	SUL AMÉRICA TÁTICO FIM	1.879.898,97
	SULAMÉRICA EQUIT FIA	503.547,24
	SUL AMÉRICA EVOLUTION	8.634.581,99
	SUL AMÉRICA RF FI LP	4.681.661,21
	VENTOR HEDGE II	1.249.733,83
	SAPUCAIA RENDA FIXA	LFT - O 1.669.376,88
		NTN - O 185.363,07
SANTANDER FI ABSOLUTO TOP RANDA FIXA		16.251.314,47
SANTANDER FI REFER DI CRED PRIV		7.724.350,00
INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI - ITAÚ		558.614,47
MUTUOPREV CARTEIRA DE TITULOS		28.502.000,00
DELTA CRÉDITO PRIVADO		641.000,00
NOVERO CRÉDITO PRIVADO		550.000,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS		108.512.385,60
		Fonte: arquivo XML

11 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

De acordo com a Resolução CMN 4.661, de 25 de maio de 2018, todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem definir Política de Investimentos para a aplicação dos recursos de cada plano por ela administrado, ou seja, estabelece as diretrizes básicas a serem observadas por todos os investimentos realizados por cada plano de benefícios.

Todas as diretrizes aplicáveis, ainda que não mencionadas de maneira explícita nesse documento, devem ser necessariamente seguidas e, em havendo ambiguidade de qualquer natureza, a legislação em vigor deve sempre prevalecer.

O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 60 meses que se estende de 2018 a 2022, conforme especifica a Resolução CGPC Nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

11.1 - Índices de Referência

A Política de Investimentos deve conter “a taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observando o regulamento de cada plano de benefícios”. A tabela apresenta essa informação:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Fixa	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Variável	IBrX	IPCA + 10,00% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA + 8,00% ao ano	IPCA + 8,00% ao ano
Investimentos no Exterior	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano
Imóveis	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano
Operações com Participantes	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano

11.2 - Metas de Rentabilidade

A Resolução CMN 4.661 estabelece ainda que a Política de Investimentos deve apresentar a meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação. A meta de rentabilidade, diferentemente da meta atuarial (ou de investimentos) ou dos índices de referência, representa o objetivo de retorno a ser obtido para o segmento, em prazo condizente com as aplicações, em termos nominais.

11.3 - Alocação de recursos e limites por segmento de aplicação

A Resolução CMN 4.661 estabelece que os planos devem definir em sua política “a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação”. Segundo o Guia PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos, os limites “máximo e mínimo planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência da política de investimento devem ser representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritivos que a legislação vigente”.

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como o alvo para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCACÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	76,50%	53,00%	100,00%
Renda Variável	70%	10,00%	0,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	20%	7,50%	0,00%	15,00%
Investimentos no Exterior	10%	2,50%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	15%	3,50%	0,00%	7,00%

A alocação “Alvo” não configura nenhuma obrigação para o plano e tem por intuito apenas balizar os investimentos no longo prazo. Os limites inferiores e superiores devem ser respeitados a todo instante, bem como os demais limites estabelecidos pela legislação em vigor.

Além dos objetivos e limites de alocação acima definidos, a Resolução 4.661 estabelece outras restrições por modalidade de investimento e a concentração de alocação em títulos de um mesmo emissor.

11.4 - Risco de Mercado

as Entidades de Previdência Complementar devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

A tabela a seguir apresenta os limites de risco estabelecidos para cada um dos mandatos e os parâmetros que devem ser observados no cálculo do risco:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Fixa	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Variável	IBrX	IPCA + 10,00% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA + 8,00% ao ano	IPCA + 8,00% ao ano
Investimentos no Exterior	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano
Imóveis	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano
Operações com Participantes	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano

11.5 - Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

- Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
- Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando principalmente os *ratings* dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas antes da aquisição dos ativos.

Com base no *rating*, os ativos serão classificados como:

- Grau de Investimento;
- Grau Especulativo.

A tabela a seguir define a classe de Grau de Investimento, com base nos *ratings* atribuídos pelas agências consideradas aptas a classificar o risco de crédito:

RATING MÍNIMO PARA CLASSIFICAÇÃO COMO GRAU DE INVESTIMENTO (POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO) – ESCALA BRASILEIRA						
Agência de Classificação de Risco	Emissões Bancárias		Emissões Corporativas		Crédito Estruturado	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)
Moody's	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3
Standard & Poor's	brA-	brA-3	brA-	brA-3	brA-	brA-3

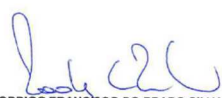
As agências de classificação de risco utilizadas na avaliação dos ativos de crédito privado devem estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no caso de agências domiciliadas no país, ou reconhecidas pela CVM, no caso de agências domiciliadas no exterior.

1. Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 – em R\$ mil

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Disponível	86	30	Exigível operacional	150	131
Realizável	108.754	97.393	Gestão Previdencial	137	120
Gestão Previdencial	32	44	Gestão Administrativa	13	11
Gestão Administrativa	10	10	Patrimônio social	108.690	97.293
Investimentos	108.712	97.339	Patrimônio de Cobertura do Plano	107.904	96.493
Títulos Públicos	28.502	27.401	Provisões Matemáticas	107.904	96.493
Fundos de Investimentos	80.210	69.938	Benefícios a Conceder	107.904	96.493
Permanente	-	1	Fundos	786	800
Imobilizado	-	1	Fundos Administrativos	786	800
Total do ativo	108.840	97.424	Total do passivo	108.840	97.424

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis


MARCOS AURÉLIO PINTO
 DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
 SUPERINTENDÊNCIA
 CPF: 207.282.128-20


RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
 CONTADOR – CRC-1SP221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

2. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em R\$ mil

	2018	2017	Variação
A) Patrimônio social – início do exercício	97.293	85.785	13,41%
1. Adições	26.002	25.305	2,75%
(+) Contribuições previdenciais	18.537	15.818	17,19%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	6.400	8.437	-24,14%
(+) Receitas administrativas	1.014	979	3,58%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	51	71	-28,27%
2. Destinações	(14.605)	(13.797)	5,86%
(-) Benefícios	(13.526)	(12.866)	5,13%
(-) Despesas administrativas	(1.079)	(931)	15,90%
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	11.397	11.508	-0,96%
(+) Provisões matemáticas	11.411	11.389	0,19%
(+/-) Fundos administrativos	(14)	119	-111,76%
4. Operações Transitórias	-	-	-
(-) Operações transitórias	-	-	-
B) Patrimônio social – final do exercício (A+3+4)	108.690	97.293	11,71%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



MARCOS AURÉLIO PINTO
DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
SUPERINTENDÊNCIA
CPF: 207.282.128-20



RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

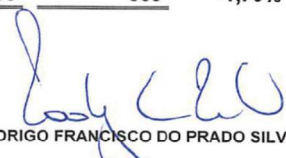
3. Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em R\$ mil

	2018	2017	Variação
A) Fundo administrativo do exercício anterior	800	681	17,47%
1. Custeio da gestão administrativa	1.065	1.050	1,43%
1.1. Receitas	1.065	1.050	1,43%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	602	616	-2,27%
Custeio administrativo dos investimentos	412	363	13,50%
Resultado positivo líquido dos investimentos	51	71	-28,17%
2. Despesas administrativas	1.079	931	15,90%
2.1. Administração previdencial	667	491	35,85%
Pessoal e encargos	204	190	7,37%
Treinamentos/congressos e seminários	18	3	500,00%
Viagens e estadias	22	7	214,29%
Serviços de terceiros	162	162	0,00%
Despesas gerais	218	89	144,94%
Depreciações e amortizações	1	1	0,00%
Tributos	42	39	7,69%
Outras despesas	-	-	-
2.2. Administração dos investimentos	412	363	13,50%
Pessoal e encargos	80	58	37,93%
Serviços de terceiros	302	278	8,63%
Despesas gerais	11	10	10,00%
Tributos	19	17	11,76%
2.3. Outras despesas	-	77	-100%
1. Constituição/Reversões de contingências administrativas	-	-	-
2. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(14)	119	-111,76%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(14)	119	-111,76%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	786	800	-1,75%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis


MARCOS AURÉLIO PINTO
 DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
 SUPERINTENDÊNCIA

CPF: 207.282.128-20


RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
 CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0

CPF: 011.932.857-71

4. Demonstrações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios I – Exercícios findos em 31 de dezembro em 2018 e 2017 em R\$ mil

	2018	2017	Variação
1. Ativos	3.406	2.652	28,43%
Disponível	2	1	100,00%
Recebível	17	13	30,77%
Investimento	3.387	2.638	28,39%
Títulos públicos	888	743	19,52%
Fundos de investimento	2.499	1.895	31,87%
2. Obrigações	64	55	16,36%
Operacional	64	55	16,36%
3. Fundos não previdenciais	16	13	23,08%
Fundos administrativos	16	13	23,08%
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	3.326	2.584	28,72%
Provisões matemáticas	3.326	2.584	28,72%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



MARCOS AURÉLIO PINTO
DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
SUPERINTENDÊNCIA
CPF: 207.282.128-20



RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

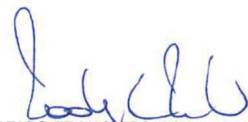
5. Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios I - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em R\$ mil

	2018	2017	Variação %
A) Ativo líquido – início do exercício	2.584	1.685	53,35%
1. Adições	863	1.015	-14,98%
(+) Contribuições	675	832	-18,87%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	188	183	2,73%
2. Destinações	(121)	(116)	4,31%
(-) Benefícios	(109)	(104)	4,81%
(-) Custeio administrativo	(12)	(12)	-
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	742	899	-17,46%
(+) Provisões matemáticas	742	899	-17,46%
4. Operações Transitórias	-	-	-
(+) Operações transitórias	-	-	-
B) Ativo líquido – final do exercício (A+3+4)	3.326	2.584	28,72%
C) Fundos não previdenciais	3	5	-40%
(+) Fundos administrativos	3	5	-40%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



MARCOS AURÉLIO PINTO
DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
SUPERINTENDÊNCIA
CPF: 207.282.128-20



RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

6. Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios I - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em R\$ mil

	2018	2017	Variação %
Provisões técnicas (1+2+3+4)	3.389	2.639	28,42%
1. Provisões matemáticas	3.326	2.584	28,72%
1.1. Benefícios concedidos	-	-	-
1.2. Benefícios a conceder	3.326	2.584	28,72%
Contribuição Definida	3.326	2.584	28,72%
Saldo de Contas – parcela participantes	3.326	2.584	28,72%
4. Exigível operacional	63	55	14,55%
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	63	55	14,55%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



MARCOS AURÉLIO PINTO
DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
SUPERINTENDÊNCIA
CPF: 207.282.128-20



RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC SP-221255/O
CPF: 011.932.857-71

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2018 DA MUTUOPREV

Em conformidade com o Artigo 28º do Estatuto da MUTUOPREV – Entidade de Previdência Complementar, consoante ao que estabelece o art. 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13 de 01/10/2004, está sendo verificado por este Conselho Fiscal, trimestralmente, a documentação suporte disponibilizada pela Entidade, para as devidas análises, manifestação, parecer e conclusão. Em complemento ao que estabelece o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), contida na Resolução nº 29 de 13/04/2018, este Conselho apreciou as respectivas Demonstrações Contábeis de 2018, consubstanciado no Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela empresa Fernando Motta & Associados – Auditores Independentes. Com fundamento nas análises efetuadas, este Conselho concluiu que as referidas Demonstrações Contábeis de 2018 refletem a situação patrimonial e financeira da MUTUOPREV, e de seus Planos de Benefícios e, opina no sentido de que as referidas Demonstrações, acima mencionadas, estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Conselheiros Deliberativos.

São Paulo, 26 de março de 2019

CONSELHO FISCAL

Conselheiros Titulares:

Aparecido Benedito Pereira – Presidente

Alécio Pinheiro da Silva

João Alves Ladeira

Conselheiros Suplentes:

Doalcey João Ribeiro Marras

Manoel Ferreira do Espírito Santo

PAR-19/050

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores, Participantes e Patrocinadores da
MUTUOPREV – ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
São Paulo – SP

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MUTUOPREV – ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais dos planos de benefícios I e II, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MUTUOPREV – ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

 continua...

PAR-19/050
Continuação...

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da MUTUOPREV é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório Anual e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar na presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

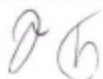
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da MUTUOPREV continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são os órgãos estatutários com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes.

 continua...

PAR-19/050

Continuação...

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da MUTUOPREV bem como da perenidade de seus planos. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à liquidação dos planos e/ou a descontinuidade dos negócios da Entidade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

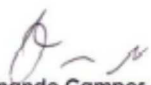
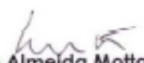
 continua...

PAR-19/050
Continuação...

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 05 de março de 2019,

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG – 757


Fernando Campos Motta
Contador CRC-SP 1MG091109
Ivo de Almeida Motta
Contador CRC-SP 1MG038018

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2018

CENÁRIO ECONÔMICO GLOBAL: A economia global em 2018 manteve o ritmo de recuperação lenta e gradual da atividade econômica, com controle das taxas de inflação e geração de vagas de empregos. Esta melhoria resultou em mudanças de política monetária por todas as economias. Abaixo, elencamos alguns dos fatores que influenciaram o processo de redução de liquidez mundial:

a) dificuldade nas negociações entre ESTADOS UNIDOS e CHINA acerca das barreiras tarifárias, havendo, no entanto, acenos para conclusão satisfatória para ambos.

b) redução das compras de títulos na Zona do Euro;

c) mantida a taxa de juros no Reino Unido em 0,5%, ocorrida em 02.11.2017 após dez anos. Destaca-se que a atividade econômica americana manteve sua trajetória de recuperação ao longo de 2018, com a economia operando próxima ao pleno emprego e a inflação sob controle, o que permitiu a valorização do dólar (quando comparado a uma cesta de moedas).

No cenário doméstico, o ritmo gradual de recuperação da atividade, a safra agrícola recorde e a grande ociosidade da capacidade produtiva acumulada nos últimos anos, possibilitou que os indicadores de inflação registrassem comportamento satisfatório no ano, dissipando toda pressão inflacionária passada e encerrando o período abaixo da meta de 4,0%. Desse modo, o BANCO CENTRAL DO BRASIL pôde dar continuidade ao processo de flexibilização de juros iniciado em 2016 e promover ao longo do ano uma redução nos juros, fixando a taxa Selic em 6,5% a.a., a taxa mais baixa desde o início da série histórica. Destaca-se que, no que diz respeito à atividade, o crescimento do país, mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre de 2018, registrou expansão de 0,8% em relação aos três meses anteriores com evolução positiva do setor industrial, de comércio e serviços, e consumo das famílias. No caso dos investimentos, a recuperação permaneceu limitada.

Acontecimentos críticos tais como: a instabilidade política em decorrência das prisões, as dificuldades de aprovação do corte de orçamento, os solavancos quanto à aprovação da PEC reforma da Previdência Social, o desemprego fechou o ano com aproximadamente 13,2 milhões de desempregados, inflação controlada e em queda para o centro da meta, instabilidade e volatilidade da Bolsa, juros bancários em alta, e de outras medidas públicas em prol do crescimento do país, o que vem provocando muito para a instabilidade econômica e financeira do Brasil.

Mesmo com essas instabilidades, e com o acompanhamento muito próximo junto aos nossos Gestores de Investimentos e Consultoria Financeira, obtivemos retorno financeiro muito positivo para nossos Ativos em 2018, isto é, 9,63% no ano, que frente ao CDI de 6,42%,

representou 150,00% desse indicador. Em relação à inflação de 3,75% em 2018, representou o IPCA + 5,88% e, em relação à nossa meta atuarial de 8,25% (IPCA + 4,5%) no ano, o ganho real foi de 1,38%.

Para maior segurança das informações, por sistema informatizado, a estratégia da Governança da MUTUOPREV preocupou-se com a infraestrutura operacional e, para manter a qualidade, fez parceria com empresa para a SUPERVISÃO BASEADA EM RISCO visando agilidade e segurança no conteúdo das informações e de controles internos.

A especialização dos membros da Governança atingirá, em 2019, 100% dos Conselheiros, Diretores e colaboradores por meio de certificações por conhecimento ou experiência e homologados, junto ao Órgão Fiscalizador, como também a participação em Congressos, cursos de especialização e Comitês de Trabalho Técnico com outras entidades de previdência complementar.

Perseguindo sempre nossa missão, qual seja, a de garantir o pagamento do benefício contratado e manter nossa equipe comprometida com os participantes, realizando a gestão dos recursos garantidores na busca de taxas mais atrativas de retorno no mercado e com menor risco e maior liquidez e segurança.

Perseguimos o forte propósito de apoiá-los na construção de seu futuro e segurança de seus familiares.

DIRETORIA DA MUTUOPREV

MUTUOPREV 2017 – RELATÓRIO ANUAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II

A MUTUOPREV – Entidade de Previdência Complementar - CNPJ nº 12.905.021/0001-35 - administra o Plano de Benefícios II - CNPB 2010.0045-74 aprovado pela portaria nº 762 de 27 de setembro de 2.010.

O artigo 24 da Lei Complementar 109/01 e as Instruções PREVIC de nºs 11 de 10.09.2014 e 13 de 12.11.2014 dispõem sobre as obrigações das Entidades de Previdência Complementar divulgar aos participantes informações, por meio do relatório de atividades anual de forma transparente, de como transcorreu a gestão do Plano no ano.

1 - INDICADORES PREVIDENCIAIS – 2018

Os indicadores servem de parâmetros para avaliar e observar a volatilidade do mercado.

ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL

- Quantidade de participantes ativos, dependentes e assistidos: 7.466.941
- Investimentos (R\$ mil) : 820.741.979
- Evolução dos Ativos (vl estimado) x Porcentual do PIB : 13,4 %

TIPOS DE PATROCÍNIO POR EFPC

- Instituidor : 18
- Privado : 166
- Público : 83
- Total : **267**

No ranking dos quinze maiores Planos de Previdência Complementar INSTITUÍDOS, a MUTUOPREV (Plano de Benefícios II), ocupa o 15º lugar, com Investimentos(R\$ mil) de 98.713. (Revista ABRAPP 419).

ECONÔMICOS

- Índice de inflação medido pelo IPCA fechou o ano em 3,75% abaixo do centro da meta do governo de 4,0% a.a.
- A taxa SELIC iniciou o ano com 7,0 % e fechou em 6,5% a.a.
- O PIB fechou o ano em 1,1%
- O dólar iniciou o ano a R\$ 3,31 e fechou a R\$ 3,874.
- A taxa de desemprego em 2017 foi de 13,2 milhões e em 2018 permaneceu praticamente estável.

2 – DEPOIMENTOS - (Em %)

COMPARATIVO DE RENTABILIDADE ENTRE OS FUNDOS: MUTUOPREV E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA FECHADAS

CATEGORIAS	2013	2014	2015	2016	2017	2018	ACUMULAD O	MÉDIA ANUALIZADA	
MUTUOPREV	5,34	10,56	13,94	13,53	9,89	6,62	59,88	9,98	
ENTIDADES FECHADAS (*)	3,28	7,07	5,22	14,56	11,36	4,86	46,35	7,73	
CDI	8,06	10,82	13,26	14,01	9,93	6,42	62,50	10,42	
IPCA	5,91	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	35,98	6,00	

3– AÇÕES DE DIVULGAÇÃO DO PLANO

O objetivo da Governança é divulgar com transparência as informações do Plano de Benefícios aos participantes demonstrando a evolução do patrimônio.

A divulgação sobre o Plano de Benefícios é realizada por meio eletrônico e palestras aos próprios participantes e convidados nas sedes das Afabans e em encontros dos aposentados realizados na Colônia do Guarujá; recorreremos aos participantes do Plano de Benefícios II para divulgar e oferecer o Plano de Benefícios I aos filhos, netos e parentes até o quarto grau consanguíneo.

Com a reestruturação do sistema, aplicativos, simuladores e adoção de uma equipe comercial ofereceremos melhor qualidade de informações e atendimento aos nossos participantes.

4 – PARTICIPANTES ATIVOS

O Plano de Benefícios II, fechado para novas adesões, conta com 12.189 participantes.

O Plano de Benefícios II não possui participante assistido.

5 - CONTRIBUIÇÕES DE PARTICIPANTES

O patrimônio do Plano teve significativo aumento em decorrência das contribuições básicas e de contribuições extras.

6 - DESPESAS

O PGA – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA é controlado e registrado pela Consultoria Contábil, cujo saldo patrimonial em 2018 monta em R\$ 13.000,00.

7 - PATRIMÔNIO

O Patrimônio Social do Plano de Benefícios II, Reservas Matemáticas, em 2018, fechou com um saldo de R\$ 105.422 mil. Se comparado com 2017, cujas reservas era de R\$ 94.760 mil, o crescimento foi de 11,22%.

8 – RENTABILIDADE

A MUTUOPREV, em 2018, obteve uma rentabilidade líquida de 6,62%, que descontada a inflação, IPCA do período de 3,75%, teve um ganho real de 2,87%. Se comparado ao CDI que fechou em 6,42%, no ano, a rentabilidade ficou acima em 0,20%.

9 - RELAÇÃO DA CARTEIRA DE FUNDOS

As Entidades de Previdência Complementares Instituídas, que é a característica da MUTUOPREV, são obrigadas pela legislação a terceirizar a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas e provisões mediante a contratação de Gestores especializados, autorizados a funcionar pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL ou outro órgão competente, para gerir seu patrimônio financeiro. A MUTUOPREV tem em seu rol de gestores: Banco Santander, Banco Itaú e Sul América Investimentos.

No Banco Santander e na Sul América, fundos exclusivos (específicos da MUTUOPREV). No Banco Itaú, fundos abertos ao mercado. Em 31.12.2018, aplicado 28,1% do Patrimônio em NTN-Bs, cujo montante é de R\$ 27.960 mil, e NTN-Fs no montante de R\$ 755 mil, perfazendo o total de R\$ 28.715 mil.

O quadro abaixo demonstra os fundos em que estão aplicados os recursos financeiros dos Planos de Benefícios I e II da MUTUOPREV, bem como a rentabilidade e as taxas de administração em 2018 de cada fundo.

10 - QUADRO DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS
30/12/2018

FIQ/FIM	Nome	Total
SAPUCAIA CRED PRIV FI MULT	TOTAL SAPUCAIA	52.430.366,67
	AZ QUEST LUCE FICFIRF	7.591.093,22
	BBM VALUATION II FIC	699.843,73
	BNP MATCH DIFI RF CP	6.538.020,67
	ITAU INS ALOC DINAMI	3.776.954,09
	ITA GRAD PL RF CP FI	6.062.481,93
	MOAT CAPITAL FIA	1.250.891,06
	GARDE D'ARTAGNAN BNY	954.566,03
	OCCAM INST FICFIM II	5.789.377,02
	SPX NIMITZ ESTRUTURADO FICFI MULT	2.817.715,68
	SUL AMÉRICA TÁTICO FIM	1.879.898,97
	SULAMÉRICA EQUIT FIA	503.547,24
	SUL AMÉRICA EVOLUTION	8.634.581,99
	SUL AMÉRICA RF FI LP	4.681.661,21
	VENTOR HEDGE II	1.249.733,83
SAPUCAIA RENDA FIXA	LFT - O	1.669.376,88
	NTN - O	185.363,07
SANTANDER FI ABSOLUTO TOP RANDA FIXA		16.251.314,47
SANTANDER FI REFER DI CRED PRIV		7.724.350,00
INSTITUTIONAL ACTIVE FIX IB MULTIM FI - ITAÚ		558.614,47
MUTUOPREV CARTEIRA DE TITULOS		28.502.000,00
DELTA CRÉDITO PRIVADO		641.000,00
NOVERO CRÉDITO PRIVADO		550.000,00
TOTAL DE INVESTIMENTOS		108.512.385,60

Fonte: arquivo XML
11 - POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

De acordo com a Resolução CMN 4.661, de 25 de maio de 2018, todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem definir Política de Investimentos para a aplicação dos recursos de cada plano por ela administrado, ou seja, estabelece as diretrizes básicas a serem observadas por todos os investimentos realizados por cada plano de benefícios.

Todas as diretrizes aplicáveis, ainda que não mencionadas de maneira explícita nesse documento, devem ser necessariamente seguidas e, em havendo ambiguidade de qualquer natureza, a legislação em vigor deve sempre prevalecer.

O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 60 meses que se estende de 2018 a 2022, conforme especifica a Resolução CGPC Nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

11.1 - Índices de Referência

A Política de Investimentos deve conter “a taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observando o regulamento de cada plano de benefícios”. A tabela apresenta essa informação:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Fixa	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Variável	IBrX	IPCA + 10,00% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA + 8,00% ao ano	IPCA + 8,00% ao ano
Investimentos no Exterior	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano
Imóveis	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano
Operações com Participantes	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano

11.2 - Metas de Rentabilidade

A Resolução CMN 4.661 estabelece ainda que a Política de Investimentos deve apresentar a meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação. A meta de rentabilidade, diferentemente da meta atuarial (ou de investimentos) ou dos índices de referência, representa o objetivo de retorno a ser obtido para o segmento, em prazo condizente com as aplicações, em termos nominais.

11.3 - Alocação de recursos e limites por segmento de aplicação

A Resolução CMN 4.661 estabelece que os planos devem definir em sua política “a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação”. Segundo o Guia PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos, os limites “máximo e mínimo planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência da política de investimento devem ser representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritivos que a legislação vigente”.

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como o alvo para a alocação em cada tipo de mandato que compõe esses segmentos.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	76,50%	53,00%	100,00%
Renda Variável	70%	10,00%	0,00%	20,00%
Investimentos Estruturados	20%	7,50%	0,00%	15,00%

Investimentos no Exterior	10%	2,50%	0,00%	5,00%
Imóveis	8%	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	15%	3,50%	0,00%	7,00%

A alocação “Alvo” não configura nenhuma obrigação para o plano e tem por intuito apenas balizar os investimentos no longo prazo. Os limites inferiores e superiores devem ser respeitados a todo instante, bem como os demais limites estabelecidos pela legislação em vigor.

Além dos objetivos e limites de alocação acima definidos, a Resolução 4.661 estabelece outras restrições por modalidade de investimento e a concentração de alocação em títulos de um mesmo emissor.

11.4 - Risco de Mercado

as Entidades de Previdência Complementar devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

A tabela a seguir apresenta os limites de risco estabelecidos para cada um dos mandatos e os parâmetros que devem ser observados no cálculo do risco:

SEGMENTO	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Fixa	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Variável	IBrX	IPCA + 10,00% ao ano
Investimentos Estruturados	IPCA + 8,00% ao ano	IPCA + 8,00% ao ano
Investimentos no Exterior	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano
Imóveis	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano
Operações com Participantes	IPCA + 5,75% ao ano	IPCA + 5,75% ao ano

11.5 - Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

- Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
- Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando principalmente os *ratings* dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas antes da aquisição dos ativos.

Com base no *rating*, os ativos serão classificados como:

- Grau de Investimento;
- Grau Especulativo.

A tabela a seguir define a classe de Grau de Investimento, com base nos *ratings* atribuídos pelas agências consideradas aptas a classificar o risco de crédito:

RATING MÍNIMO PARA CLASSIFICAÇÃO COMO GRAU DE INVESTIMENTO (POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO) – ESCALA BRASILEIRA						
Agência de Classificação de Risco	Emissões Bancárias		Emissões Corporativas		Crédito Estruturado	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)
Moody's	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3
Standard & Poor's	brA-	brA-3	brA-	brA-3	brA-	brA-3

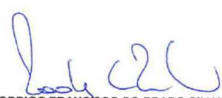
As agências de classificação de risco utilizadas na avaliação dos ativos de crédito privado devem estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no caso de agências domiciliadas no país, ou reconhecidas pela CVM, no caso de agências domiciliadas no exterior.

1. Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 – em R\$ mil

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Disponível	86	30	Exigível operacional	150	131
Realizável	108.754	97.393	Gestão Previdencial	137	120
Gestão Previdencial	32	44	Gestão Administrativa	13	11
Gestão Administrativa	10	10	Patrimônio social	108.690	97.293
Investimentos	108.712	97.339	Patrimônio de Cobertura do Plano	107.904	96.493
Títulos Públicos	28.502	27.401	Provisões Matemáticas	107.904	96.493
Fundos de Investimentos	80.210	69.938	Benefícios a Conceder	107.904	96.493
Permanente	-	1	Fundos	786	800
Imobilizado	-	1	Fundos Administrativos	786	800
Total do ativo	108.840	97.424	Total do passivo	108.840	97.424

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis


MARCOS AURÉLIO PINTO
 DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
 SUPERINTENDÊNCIA
 CPF: 207.282.128-20


RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
 CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

2. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em R\$ mil

	2018	2017	Variação
A) Patrimônio social – início do exercício	97.293	85.785	13,41%
1. Adições	26.002	25.305	2,75%
(+) Contribuições previdenciais	18.537	15.818	17,19%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	6.400	8.437	-24,14%
(+) Receitas administrativas	1.014	979	3,58%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	51	71	-28,27%
2. Destinações	(14.605)	(13.797)	5,86%
(-) Benefícios	(13.526)	(12.866)	5,13%
(-) Despesas administrativas	(1.079)	(931)	15,90%
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	11.397	11.508	-0,96%
(+) Provisões matemáticas	11.411	11.389	0,19%
(+/-) Fundos administrativos	(14)	119	-111,76%
4. Operações Transitórias	-	-	-
(-) Operações transitórias	-	-	-
B) Patrimônio social – final do exercício (A+3+4)	108.690	97.293	11,71%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis


MARCOS AURÉLIO PINTO
 DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
 SUPERINTENDÊNCIA
 CPF: 207.282.128-20


RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
 CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

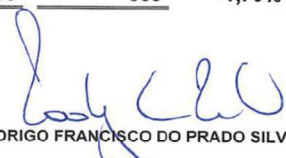
3. Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em R\$ mil

	2018	2017	Variação
A) Fundo administrativo do exercício anterior	800	681	17,47%
1. Custeio da gestão administrativa	1.065	1.050	1,43%
1.1. Receitas	1.065	1.050	1,43%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	602	616	-2,27%
Custeio administrativo dos investimentos	412	363	13,50%
Resultado positivo líquido dos investimentos	51	71	-28,17%
2. Despesas administrativas	1.079	931	15,90%
2.1. Administração previdencial	667	491	35,85%
Pessoal e encargos	204	190	7,37%
Treinamentos/congressos e seminários	18	3	500,00%
Viagens e estadias	22	7	214,29%
Serviços de terceiros	162	162	0,00%
Despesas gerais	218	89	144,94%
Depreciações e amortizações	1	1	0,00%
Tributos	42	39	7,69%
Outras despesas	-	-	-
2.2. Administração dos investimentos	412	363	13,50%
Pessoal e encargos	80	58	37,93%
Serviços de terceiros	302	278	8,63%
Despesas gerais	11	10	10,00%
Tributos	19	17	11,76%
2.3. Outras despesas	-	77	-100%
1. Constituição/Reversões de contingências administrativas	-	-	-
2. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(14)	119	-111,76%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(14)	119	-111,76%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	786	800	-1,75%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis


MARCOS AURÉLIO PINTO
 DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
 SUPERINTENDÊNCIA

CPF: 207.282.128-20


RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
 CONTADOR – CRC 1SP221255/O-0

CPF: 011.932.857-71

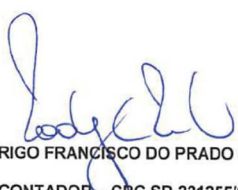
7. Demonstrações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios II - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em R\$ mil

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Variação %</u>
1. Ativos	105.422	94.760	11,25%
Disponível	81	29	179,31%
Recebível	802	830	-3,37%
Investimento	104.539	93.901	11,33%
Títulos públicos	27.408	26.433	3,69%
Fundos de investimento	77.131	67.468	14,32%
2. Obrigações	74	64	15,63%
Operacional	74	64	15,63%
3. Fundos não previdenciais	770	787	-2,16%
Fundos administrativos	770	787	-2,16%
4. Resultados a realizar	-	-	
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	104.578	93.909	11,36%
Provisões matemáticas	104.578	93.909	11,36%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



MARCOS AURÉLIO PINTO
DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
SUPERINTENDÊNCIA
CPF: 207.282.128-20



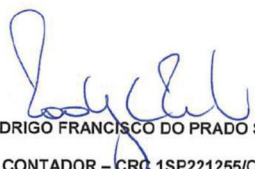
RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR - CRC SP-221255/O
CPF: 011.932.857-71

8. Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios II - Exercícios findos em 31 de dezembro em 2018 e 2017 R\$ mil

	2018	2017	Variação
A) Ativo líquido - início do exercício	93.909	83.419	12,58%
1. Adições	24.677	23.856	3,44%
(+) Contribuições	18.465	15.602	18,35%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	6.212	8.254	-24,74%
2. Destinações	(14.008)	(13.366)	4,80%
(-) Benefícios	(13.418)	(12.762)	5,14%
(-) Custeio administrativo	(590)	(604)	-2,32%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	10.669	10.490	1,71%
(+) Provisões matemáticas	10.669	10.490	1,71%
4. Operações Transitórias	-	-	-
(-) Operações transitórias	-	-	-
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	104.578	93.909	11,36%
C) Fundos não previdenciais	(17)	114	-114,91%
(+) Fundos administrativos	(17)	114	-114,91%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis


MARCOS AURÉLIO PINTO
 DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
 SUPERINTENDÊNCIA
 CPF: 207.282.128-20


RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
 CONTADOR - CRC 1SP221255/O-0
 CPF: 011.932.857-71

9. Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios II - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em R\$ mil

	2018	2017	Variação %
Provisões técnicas (1+2+3+4)	104.652	93.973	11,36%
1. Provisões matemáticas	104.578	93.909	11,36%
1.1 Benefícios concedidos	-	-	-
1.2 Benefícios a conceder	104.578	93.909	11,36%
Contribuição definida	104.578	93.909	11,36%
Saldo de Contas – parcela participantes	104.578	93.909	11,36%
4. Exigível operacional	74	64	15,63%
Gestão previdencial	74	64	15,63%

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis



MARCOS AURÉLIO PINTO
DIRETOR FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DA
SUPERINTENDÊNCIA
CPF: 207.282.128-20



RODRIGO FRANCISCO DO PRADO SILVA
CONTADOR – CRC SP221255/O-0
CPF: 011.932.857-711

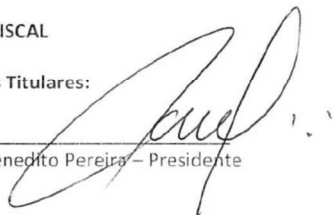
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2018 DA MUTUOPREV

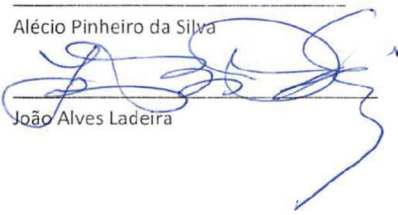
Em conformidade com o Artigo 28º do Estatuto da MUTUOPREV – Entidade de Previdência Complementar, consoante ao que estabelece o art. 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13 de 01/10/2004, está sendo verificado por este Conselho Fiscal, trimestralmente, a documentação suporte disponibilizada pela Entidade, para as devidas análises, manifestação, parecer e conclusão. Em complemento ao que estabelece o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), contida na Resolução nº 29 de 13/04/2018, este Conselho apreciou as respectivas Demonstrações Contábeis de 2018, consubstanciado no Relatório/Parecer da Auditoria Independente, emitido pela empresa Fernando Motta & Associados – Auditores Independentes. Com fundamento nas análises efetuadas, este Conselho concluiu que as referidas Demonstrações Contábeis de 2018 refletem a situação patrimonial e financeira da MUTUOPREV, e de seus Planos de Benefícios e, opina no sentido de que as referidas Demonstrações, acima mencionadas, estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Conselheiros Deliberativos.

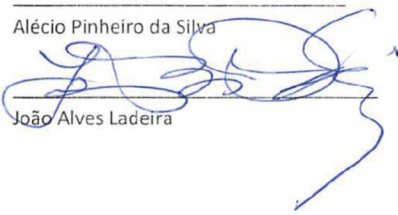
São Paulo, 26 de março de 2019

CONSELHO FISCAL

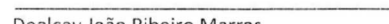
Conselheiros Titulares:

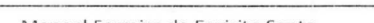

Aparecido Benedito Pereira – Presidente


Alécio Pinheiro da Silva


João Alves Ladeira

Conselheiros Suplentes:


Doalcey João Ribeiro Marras


Manoel Ferreira do Espírito Santo

PAR-19/050

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Diretores, Participantes e Patrocinadores da
MUTUOPREV – ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
São Paulo – SP

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MUTUOPREV – ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais dos planos de benefícios I e II, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MUTUOPREV – ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

 continua...

PAR-19/050
Continuação...

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da MUTUOPREV é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório Anual e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar na presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

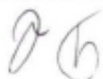
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da MUTUOPREV continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são os órgãos estatutários com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes.

 continua...

PAR-19/050

Continuação...

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da MUTUOPREV bem como da perenidade de seus planos. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à liquidação dos planos e/ou a descontinuidade dos negócios da Entidade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

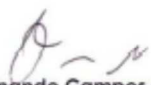
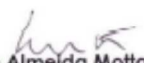
 continua...

PAR-19/050
Continuação...

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 05 de março de 2019.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG – 757


Fernando Campos Motta
Contador CRC-SP 1MG091109
Ivo de Almeida Motta
Contador CRC-SP 1MG038018